



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
Departamento de Geografia
Coordenação de Geografia
Curso de Licenciatura Plena em Geografia
Linha de Pesquisa: Geografia cultural e da percepção**

JEFFERSON DA CRUZ CAMBRAIA

**A GEOGRAFIA E O TRABALHO INFANTIL NA FEIRA LIVRE EM NOVA
CRUZ/RN.**

Guarabira-PB
2023

JEFFERSON DA CRUZ CAMBRAIA

**A GEOGRAFIA E O TRABALHO INFANTIL NA FEIRA LIVRE EM NOVA
CRUZ/RN.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em formato de Artigo Científico (AC), apresentado junto à coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Linha de Pesquisa: Geografia do trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

Guarabira-PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C177g Cambraia, Jefferson da Cruz.
A geografia e o trabalho infantil na feira livre em Nova Cruz/RN [manuscrito] :
/ Jefferson da Cruz Cambraia. - 2023.
33 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.
"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto ,
Coordenação do Curso de Geografia - CH. "
1. Trabalho infantil. 2. Exploração. 3. Feira livre. I. Título
21. ed. CDD 323.3

JEFFERSON DA CRUZ CAMBRAIA

**A GEOGRAFIA E O TRABALHO INFANTIL NA FEIRA LIVRE EM NOVA
CRUZ/RN.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em formato de Artigo Científico (AC), apresentado junto à coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

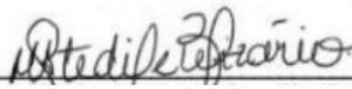
Linha de Pesquisa: Geografia Cultural e da Percepção.

Aprovado em: 30 / 06 / 2023

Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Profa. Ms. Maria Alethéia Stédile (UEPB/CH/DG)
Examinadora - Mestre em Geografia pela UECE



Profa. Ms. Sharlene da Silva Bernardino (SEE/RN)
Examinadora Externa - Mestre em Geografia pela UFPB

Dedico este trabalho à minha família que
sempre me apoiou nessa caminhada.

|

AGRADECIMENTOS

A DEUS pelo dom da vida e por ser sempre fonte de luz e inspiração para que eu nunca desista de meus sonhos e objetivos de vida.

A toda a minha família por toda a contribuição direta e indireta que me prestaram durante todo esse processo.

Ao meu orientador o Dr. Belarmino Mariano Neto, por dedicar grande parte do seu tempo para me ajudar na elaboração deste trabalho, com sua grande contribuição.

As Professoras Maria Aletheia e Sharlene Bernardino pelo compromisso e empenho em avaliar esse trabalho de pesquisa, de maneira crítica e apontando os erros e acertos, no processo de ensino-aprendizagem.

A todos os professores do Curso de Geografia da UEPB, que contribuíram ao longo de toda essa caminhada, com aulas muito proveitosas que ajudaram para a realização deste trabalho.

A todos os meus colegas, das turmas que passei, que durante todos esses anos, fizeram parte da minha vida e ficarão guardados na minha memória, pelas brincadeiras, risadas e muito conhecimento que compartilhamos juntos durante toda essa jornada.

Gostaria de agradecer a minha esposa por tudo, pois sem ela eu não tinha conseguido, ela foi um anjo em minha vida e mim deu o maior presente que eu poderia receber, ela está gerando um fruto do nosso amor, te amo meu amor.

Porque para Deus nada é impossível.
(Lucas, 1-37)

(043) LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CAMBRAIA, Jefferson da Cruz. O TRABALHO INFANTIL NA FEIRA LIVRE EM NOVA CRUZ/RN. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Geografia pela UEPB. Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. Guarabira: UEPB, 2023. 34p.
LINHA DE PESQUISA: Geografia Cultural e da Percepção

EXAMINADOR: Profa. Ms. Maria Alethéia Stédile (UEPB/CH/DG)
Examinadora - Mestre em Geografia pela UECE

EXAMINADOR: Profa. Ms. Sharlene da Silva Bernardino (SEE/RN)
Examinadora Externa - Mestre em Geografia pela UFPB

RESUMO

Com o agravamento das desigualdades sociais e do aumento no número de famílias em condições de vulnerabilidade social tem aumentado o número de crianças que precisam desenvolver alguma atividade que ajude com as despesas de casa, culminando com o agravamento de uma questão social muito debatida, que é o trabalho infantil. O estudo objetivou analisar e identificar os fatores que levam as crianças a desempenharem trabalhos em feiras livres, como acontece em Nova Cruz/RN, como forma de sustento para suas famílias e a importância de programas sociais para combater o trabalho infantil. Esta é uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de uma revisão bibliográfica integrativa, complementada com observações empíricas, realizadas na feira livre da cidade de Nova Cruz/RN. Os principais resultados encontrados no estudo foram: o trabalho infantil é muito comum e comunidades onde as condições socioeconômicas das famílias é menos favorecida, e as crianças precisam trabalhar para ajudar com as despesas da casa; a pandemia da Covid-19 promoveu um crescimento no número de crianças e adolescentes trabalhando para ajudar a família com as despesas; diversos tem sido os esforços internacionais, regionais e nacionais para que haja uma redução no trabalho infantil e que as crianças possam voltar a ter seus direitos resguardados; aos olhos da sociedade, os direitos de crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade não são reconhecidos de maneira adequada; e é preciso direcionar melhor as campanhas para uma conscientização da população para os danos e riscos causados pelo trabalho infantil, na vida dessas crianças.

Palavras-Chave: trabalho infantil, exploração, feira livre.

(043) LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CAMBRAIA, Jefferson da Cruz. O TRABALHO INFANTIL NA FEIRA LIVRE EM NOVA CRUZ/RN. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Geografia pela UEPB. Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto. Guarabira: UEPB, 2023. 34p.
LINHA DE PESQUISA: Geografia Cultural e da Percepção

EXAMINADOR: Profa. Ms. Maria Alethéia Stédile (UEPB/CH/DG)
Examinadora - Mestre em Geografia pela UECE

EXAMINADOR: Profa. Ms. Sharlene da Silva Bernardino (SEE/RN)
Examinadora Externa - Mestre em Geografia pela UFPB

ABSTRACT

With the worsening of social inequalities and the increase in the number of families in conditions of social vulnerability, it has promoted an increase in the number of children who need to develop some activity that helps with household expenses, culminating in the worsening of a much-debated social issue, which is child labor. Faced with the reality presented above, this study aimed to analyze and identify the factors that lead children to work in street markets as a way of supporting their families and the importance of social programs to combat child labor. This is a qualitative research, carried out through an integrative bibliographical review. The main results found in the study were: child labor is very common in communities where the families' socioeconomic conditions are less favored, and children need to work to help with household expenses; the Covid-19 pandemic promoted an increase in the number of children and adolescents working to help the family with expenses; There have been several international, regional and national efforts so that there is a reduction in child labor and that children can once again have their rights protected; in the eyes of society, the rights of children and adolescents who live in vulnerable situations are not adequately recognized; and it is necessary to better target campaigns to raise awareness among the population of the harm and risks caused by child labor in the lives of these children.

Keywords: child labor, exploitation, free fair.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do município de Nova Cruz no Brasil e no Rio Grande do Norte.	24
Figura 2. Limites territoriais do município de Nova Cruz, RN.	25
Figura 3. Crianças e jovens que trabalham na feira livre de Nova Cruz com seus carrinhos-de-mão, aguardando para transportarem as compras de seus clientes.	27
Figura 4. Menino trabalhando sem nenhum equipamento de proteção individual e em condições físicas degradantes.	29
Figura 5. Criança carregando o seu carrinho de mão sem nenhuma proteção contra o sol e contra acidentes.	30
Figura 6. Criança carregando muito peso em seu carrinho de mão.	31

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MPT	Ministério Público do Trabalho
PNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 METODOLOGIA	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E NO MUNDO	16
2.2 TRABALHO INFANTIL COMO RESULTADO DO AUMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL	18
2.3 PROGRAMAS SOCIAIS COMO ALTERNATIVA PARA A REDUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	21
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
3.1 NOVA CRUZ	23
3.2 O TRABALHO DE CRIANÇAS E JOVENS: UMA REALIDADE OBSERVADA NA FEIRA LIVRE DE NOVA CRUZ, RN	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
4 REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

O aumento da pobreza tem trazido sérias implicações para a sociedade brasileira, sobretudo para as classes menos favorecidas. A realidade acima retratada resulta de uma política econômica excludente, assentada no modelo neoliberal e globalizado, modelo que o Brasil tem se apropriado e que tem causado um aprofundamento nas condições de miserabilidade da população, provocando consequente aumento das desigualdades.

Diante do agravamento das desigualdades sociais e do aumento no número de famílias em condições de vulnerabilidade social tem promovido o aumento no número de crianças que precisam desenvolver alguma atividade que ajude com as despesas de casa, culminando com o agravamento de uma questão social muito debatida, que é o trabalho infantil.

O trabalho infantil por muito tempo foi considerado uma prática natural como parte do processo de socialização das crianças e adolescentes, além de ser visto como uma alternativa à miséria e à criminalidade. Entretanto, a partir da década de 1990 o conceito, facilmente aceito pela população, de que o trabalho infantil era normal, passou a ser visto com outros vieses, passando a ser disseminada a ideia de que o lugar da criança é na escola. Amplia-se o entendimento de que garantir os direitos da criança e do adolescente é condição para um maior desenvolvimento socioeconômico.

O fator que resultou numa mudança de paradigma sobre a questão do trabalho infantil foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual determinou em seu Art. 5º a seguinte afirmativa: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” (BRASIL, 1990).

Após a promulgação do ECA as pessoas passaram a observar e a denunciar casos de exploração do trabalho infantil, e assim, as crianças passaram a ter seus direitos, também descritos no ECA, protegidos pela lei e pela população. Destarte, é possível afirmar que o lugar das crianças é na escola, ou brincando, e não trabalhando em qualquer que seja o ambiente.

Diante do problema acima descrito, surge a pergunta norteadora desta pesquisa: quais os fatores sociais e econômicos que têm impellido as crianças a realizarem trabalhos em feiras livres?

O objetivo geral do estudo é analisar os fatores que levam as crianças a desempenharem trabalhos em feiras livres, como acontece em Nova Cruz/RN, como forma de sustento para suas famílias e a importância de programas sociais para combater o trabalho infantil juvenil.

Para atingir o objetivo geral do estudo e responder a pesquisa norteadora, foram delineados os seguintes objetivos específicos: apresentar a realidade do trabalho infantil e as diversas formas de combate; analisar o perfil socioeconômico de crianças que precisam trabalhar; discutir a importância de programas direcionados ao atendimento das necessidades das famílias dessas crianças como meio de reduzir o trabalho infantil e de direcioná-los aos estudos; analisar as condições de trabalho às quais crianças e adolescentes se submetem na feira livre de Nova Cruz/RN.

Este trabalho tem uma grande importância, visto que, para as pessoas que não vivenciam o cotidiano de feiras livres e de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, podem acreditar que com o ECA e a modernização dos costumes, o trabalho infantil deixou de existir, no entanto, o que se vê na prática é bem diferente do que se acredita.

Quando era adolescente trabalhei na feira livre de Nova Cruz e em feiras nas cidades vizinhas, a vida de feirante não é nada fácil é bastante cansativo, lembro-me que tinha que acordar de 2 horas da madrugada para poder pegar o caminhão e ir para feira, muitas das vezes saía de casa sem tomar café e a primeira refeição do dia só acontecia por volta das 9 horas da manhã.

Na feira Livre você encontra de tudo um pouco, a banca que trabalhava vendia sapatos, sandálias, cintos, roupas e correia, eram 3 bancas para montar, eu trabalhava na segunda feira, quinta-feira e sábado, segunda e quinta não ia para escola pois só chegava em casa quinze horas da tarde e isso sem almoçar, só comia besteira o dia inteiro.

Através da minha convivência na feira livre de Nova Cruz-RN veio o interesse de pesquisar o real motivo que levam criança e adolescente a trabalhar em feiras livres e quais são seus planos para o futuro, pois é um trabalho pesado e cansativo, o lucro é pouco e os riscos são vários.

A pesquisa traz informações necessárias para que a sociedade e as autoridades governamentais busquem meios para o combate ao trabalho infantil, dando oportunidades para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio de programas sociais que direcionem essas crianças para escolas e coloquem comida nas mesas dessas famílias.

Este trabalho foi organizado em: introdução, onde é possível observar uma apresentação do tema, além de também serem descritos o problema, os objetivos e a justificativa do estudo; revisão bibliográfica, a qual, foi dividida em três capítulos que trataram da importância do combate ao trabalho infantil, da relação entre a realidade socioeconômica da população e o surgimento do trabalho infantil e da necessidade de programas sociais para combater o trabalho infantil; metodologia, onde são apresentados os métodos adotados para a construção do estudo e considerações finais, onde são apresentados os principais achados do trabalho.

2 METODOLOGIA

Para a condução deste estudo optou-se por uma abordagem do tipo qualitativa, a qual, busca discutir um tema naturalmente subjetivo, que pode ser tratado como um fenômeno social e/ou de comportamento humano, não podendo ser tratado de forma quantitativa, com uso de equações e de métodos estatísticos (POUPART, 2008).

Foi realizada uma revisão bibliográfica integrativa, a qual, tem como característica a busca por responder aos objetivos do estudo, por meio da análise de estudos primários, previamente selecionados por meio de um critério de busca e de uma análise sumária dos trabalhos utilizados para compor o embasamento teórico do estudo (SOUSA; SILVA, 2010).

A escolha dos trabalhos que deram embasamento para a construção deste artigo foi feita por meio das seguintes plataformas de pesquisa: Google Acadêmico; SciELO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Os critérios de inclusão dos trabalhos foram: trabalhos acadêmicos e publicações sérias, obtidos integralmente, escritos em língua portuguesa, publicados entre os anos de 2012 e 2023. Os descritores utilizados para as pesquisas foram: trabalho infantil; direitos das crianças e dos adolescentes; feiras livres.

Além das pesquisas bibliográficas, foi realizado um estudo de campo, onde foi possível observar como as crianças e adolescentes desempenham suas atividades na feira livre de Nova Cruz. Além das observações foram feitas algumas perguntas de maneira livre, sem a adoção de questionários.

Durante a conversa aberta com as crianças e jovens que atuam na feira livre de Nova Cruz, foi perguntado sobre os horários que eles chegam e saem da feira, também foi questionado sobre suas frequências nas unidades escolares, além de suas ambições de vida. Para o registro das observações visuais, foram feitas imagens, respeitando o direito de imagem das crianças e adolescentes. Todas as respostas foram anotadas de forma subjetiva, portanto, caracterizando o estudo como qualitativo.

Além das observações feitas com os participantes do estudo, foram realizadas observações objetivando detectar a presença de autoridades responsáveis por algum tipo de fiscalização para a manutenção da integridade das crianças e adolescentes que trabalham na feira.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este espaço é utilizado para que sejam apresentados trabalhos que tragam embasamento teórico para o estudo, onde podem ser observados dados que estão relacionados diretamente com o tema abordado, promovendo um melhor conhecimento da realidade estudada.

No primeiro capítulo podem ser observadas as formas como o trabalho infantil tem sido combatido no Brasil e no mundo. No segundo capítulo é discutido como o aumento da vulnerabilidade social tem contribuído para o aumento do trabalho infantil. No terceiro capítulo são apresentados os programas sociais adotados no país com o objetivo de reduzir o trabalho infantil.

2.2 O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E NO MUNDO

Com base nos dados levantados pelo Pnad (2015) é possível dizer que existem aproximadamente 2,5 milhões de meninos e meninas entre 5 e 17 anos sendo

explorados por meio da realização de trabalho infantil remunerado e/ou domésticos. Dos 2,5 milhões de crianças acima apresentados, 400 mil encontram-se na faixa etária dos 5 aos 9 anos de idade, já outros 915 mil apresentam idades entre 10 e 13 anos, totalizando 1,315 milhão de crianças trabalhando, sendo que a lei proíbe o trabalho de crianças nessa faixa etária.

Apesar de não ser proibido o trabalho de crianças entre 14 e 17 anos de idade, é possível observar que existem 1,8 milhão de crianças entre 14 e 17 anos de idade trabalhando sem que sejam cumpridas as leis de trabalho para que esses indivíduos possam trabalhar de maneira adequada (BORGES, 2020).

Portanto, conforme destaca a Lei, crianças entre 14 e 15 anos de idade só podem trabalhar na condição de menor aprendiz, exercendo uma carga de trabalho semanal de até 20 horas, para os adolescentes de 16 a 17 anos de idade não é permitido o trabalho no período noturno, assim como, trabalhar em ambientes insalubres e que ofereçam perigo (CHERES; FREITAS, 2014).

Muitas crianças precisam trabalhar para ajudar a família com o sustendo da casa, no entanto, é preciso compreender que o trabalho infantil traz diversos transtornos para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo dos indivíduos. Dentre os danos promovidos o de maior significância é a redução das chances de participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem nas escolas, comprometendo as oportunidades de melhoria financeira por meio dos estudos, culminando com a reprodução da situação de pobreza. Outro problema enfrentado, é os riscos à saúde física e mental das crianças que são obrigadas a trabalharem em situações de estresse e insalubres (FERRO; KASSOUF, 2005).

O Brasil tem buscado combater o trabalho infantil, destacando-se no enfrentamento do trabalho realizado por meninos e meninas. Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o país tem incluído regras claras sobre o tema (FERRO; KASSOUF, 2005).

Segundo pode ser observado no texto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 05 de julho de 2019, desde o ano de 2000 o país se tornou signatário da convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), controlando a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, e da Convenção 182, que trata das piores formas de trabalho infantil. É importante frisar que as ações sociais, complementadas pelo empenho governamental, promoveram uma redução

do trabalho infantil em mais de 70% desde a promulgação do ECA no ano de 1990 (UICEF, 2019).

Diversos foram os avanços obtidos pelo país no que tange o combate ao trabalho infantil no Brasil, seguindo o que defende o Art. 32 da Convenção Sobre os Direitos da Criança, ao qual, o Brasil é signatário que afirma que “toda criança e todo adolescente têm direito a receber proteção do Estado contra a exploração econômica e contra a realização de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou dificultar seu bem-estar.” (UICEF, 2019, p. 1).

A Geografia é uma ciência que se volta para análises como a dinâmica socioeconômica e política, bem como, as situações socioculturais com as quais estamos envolvidos. O trabalho infantil é uma das atividades mais desprezíveis para os seres humanos, pois as crianças e adolescentes estão em idade escolar, em processos de aprendizagem e, ao ter que buscar no trabalho, alguma forma de remuneração para si e sua família, revela a degradação das relações sociais, econômicas, culturais e políticas dos grupos humanos. Lamentavelmente, no Brasil, ainda existem muitos casos, em que crianças e adolescentes são obrigadas a trabalhar, quando deveriam estar na escola ou em alguma atividade de lazer.

2.3 TRABALHO INFANTIL COMO RESULTADO DO AUMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

O trabalho infantil não é um problema recente e nem regional, é um problema global que muitas vezes viola direitos fundamentais das crianças prejudicando a sua saúde e o seu desenvolvimento, além de privar muitas vezes as crianças de frequentarem a sala de aula e com isso acontecer o abandono escolar precoce (RAMALHO; MESQUITA, 2013).

De acordo com declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho infantil pode ser definido como o conjunto de atividades susceptíveis de prejudicar a saúde e o desenvolvimento mental, físico, social ou moral das crianças e comprometer a sua educação privando-as da oportunidade de frequentar a escola ou obrigando-as a abandoná-las ou ainda forçando-as a tentar conjugar os estudos com uma carga de trabalho excessivo, tanto em termo de duração, como de porosidade (CUSTÓDIO et al., 2018).

O advento da pandemia da Covid-19 promoveu um crescimento preocupante no número de crianças e adolescentes trabalhando para ajudar suas famílias. Segundo dados da OIT publicados no site da Unicef, em junho de 2021, havia um alerta para um aumento de mais de 7 milhões de crianças e adolescentes desempenhando atividades trabalhistas para ajudar com a renda familiar, até o ano de 2022 (UNICEF, 2021).

Para Rodrigues (2019), o trabalho de crianças em feiras livres espalhadas por todo o Brasil existe porque a sobrevivência das crianças depende desse trabalho, e até mesmo seus familiares dependem dessa renda extra para sobreviver. O trabalho infantil está em muitos locais não só na feira, muitas vezes eles não têm direito de escolha, tem que ir de todo jeito, em alguns casos esse tipo de trabalho vem passando de geração para geração, ou seja, já se tornou uma cultura, onde a população vê e age naturalmente, porque aquilo já virou uma tradição e é comum em dia de feira.

A feira livre é antes de tudo um lugar público de comércio, consiste na reunião de vendedores e compradores em determinado local e hora, em um local quase sempre descoberto, onde se desenvolvem trocas, vendas e comércio de mercadorias, em certos locais, ela deixa de ser um fato rotineiro para assumir um papel de destaque, sendo difícil as vezes apontar até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira. (MIRANDA, 2009, p.,30).

A pobreza é a maior causa do trabalho infantil tornando o rendimento auferido pelas crianças essencial para a sua sobrevivência e a do seu familiar, existe um ditado que diz que “As crianças devem seguir os passos dos pais” onde se cria um certo enraizamento social do trabalho infantil, nesse caso nem as crianças e nem os pais têm a noção que esse tipo de trabalho pode prejudicá-las no futuro (ALBERTO; YAMAMOTO, 2017).

Para Karl Marx (1973), a família figura como a primeira forma de propriedade na humanidade, sendo a esposa e os filhos os primeiros escravos do homem. Um dos efeitos gerados pelo desenvolvimento do modo capitalista teria sido as explorações das forças de trabalho da mulher e crianças da classe operária.

O trabalho da criança e do adolescente das classes populares funciona em nossa sociedade como um mecanismo disciplinador capaz de afastá-lo das companhias malélicas e dos perigos da rua. A escola do trabalho é percebida como uma verdadeira escola da vida. A criança é socializada desde cedo para ocupar o seu lugar em uma sociedade extremamente estratificada onde lhe são reservadas as funções mais subalternas (PIMENTA, 2016)No artigo 227 da constituição federal diz,

que é dever da família da sociedade e do estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988)

Hoje em dia o trabalho infantil principalmente na feira livre é uma realidade para várias crianças e adolescentes, fatores persistem apenas em decorrência de fatores econômicos ou da ausência de uma autoridade presente nesse tipo de ambiente (SOUTO, 2022).

Machado (2014) afirma, em outras palavras, as crianças e os adolescentes, oriundos das classes culturais médias ou alta, que tem acesso as condições materiais de existência e aos bens, são encaradas como detentor de direitos, neste caso, exercem as condições de ser criança e de ser adolescente. Já as crianças e adolescentes, pertencentes as classes de baixo poder aquisitivo, convivem cotidianamente com a negação dos seus direitos, tendo suas condições humanas desrespeitadas dentro de uma realidade de extrema desigualdade.

Na matéria “Feira Lugar para Criança Trabalhar?”, a autora Denise Galvani corrobora a afirmativa acima descrita, quando fala sobre como as crianças passam despercebidas em meio ao comércio realizado na Feira da Cidade da Esperança, que acontece todos os domingos no Bairro da Cidade da Esperança, localizado em Natal, RN. A autora descreve as funções desempenhadas pelas crianças e adolescentes que ali exercem funções de adultos, como: carregadores, empacotadores e vendedores. As pessoas passam e mal notam aquelas crianças trabalhando, tendo seus direitos jogados no lixo e nada é feito para mudar aquela situação (GALVANI, 2012).

Segundo a auditora fiscal Marinalva Cardoso Dantas, como descrita pela autora da matéria, “São crianças de 8 a 15 anos, muitas visivelmente em situação de abandono, com bicho de pé, problemas dentários, vê-se que não têm assistência nenhuma. A família muitas vezes aluga ou compra o carrinho para os meninos poderem trabalhar” (GALVANI, 2012).

Diante da leitura dos textos é possível acreditar que exista uma lacuna social e econômica que possibilite uma quebra dos direitos das crianças e dos adolescentes, onde é possível ver com nitidez a diferença nos padrões de vida de crianças

provenientes de famílias em condições de vida menos favorecidas economicamente, quando comparadas aos padrões de vida de crianças em situações econômicas melhores.

Essas crianças passam despercebidas pela sociedade, que não consegue enxergar quantos direitos estão sendo arrancados daqueles pequenos indivíduos, que precisam, muito cedo encarar a dura realidade de não ter condições financeiras favoráveis, num mundo cada vez mais apático ao sofrimento alheio.

2.4 PROGRAMAS SOCIAIS COMO ALTERNATIVA PARA A REDUÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Na busca por uma reversão no quadro de agravo para com os direitos das crianças e dos adolescentes em condições de vulnerabilidade social que precisam trabalhar para ajudar a pôr comida na mesa de suas famílias a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o UNICEF pedem aos órgãos competentes: maior proteção social, por meio da promoção de benefícios universais para crianças e adolescentes; maior investimento em educação e programas que visem o retorno imediato das crianças para as salas de aulas; melhores condições de trabalho e de renda para os adultos responsáveis pelo sustento da família; maior investimento em sistemas de proteção infantil; maior investimento na produção de alimentos e na promoção de infraestrutura e de subsistência (UNICEF, 2021).

Segundo informa uma matéria da Unicef, publicada em 10 de junho de 2021, existe uma parceria global entre a OIT, o Unicef e a Aliance 8.7 (Figura 3), onde se busca maior atuação de organizações regionais e internacionais, quanto aos esforços na luta pelo fim do trabalho infantil, por meio de ações concretas (UNICEF, 2021).

Entre os dias 10 e 17 de junho de 2021, o diretor geral da OIT, Guy Ryder, e a diretora executiva do UNICEF, Henrietta Fore, participaram de diversas reuniões e ações, buscando apoio das diversas organizações presentes na conferência para a discussão e implementação de meios para o combate ao trabalho infantojuvenil (UNICEF, 2021).

Dando prosseguimento ao ano internacional para eliminação do trabalho infantil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações

Exteriores (MRE), em parceria com a OIT e outras organizações brasileiras, lançou no dia 28 de setembro de 2021 um projeto nomeado de “Consolidação do progresso da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre de Trabalho Infantil”, o qual objetivava o combate do trabalho infantil na América Latina até o ano de 2023 (ABC, 2021).

No Brasil no dia 03 de out de 2022, como pode ser visto no site do Brasil Nações Unidas, para comemorar o dia mundial do combate ao trabalho infantil (12 de junho), “o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho lançam nesta sexta-feira (3) a campanha nacional “Proteção Social para Acabar com o Trabalho Infantil” (NAÇÕES UNIDAS, 2022, p. 1).

O objetivo da campanha é de conscientizar a população sobre a necessidade de investimento do Estado em políticas públicas assistencialistas que possibilitem o combate à pobreza e a vulnerabilidade social e econômica da população financeiramente desfavorecida do país, visando diminuir as causas que levam as crianças e os jovens a começarem a trabalhar e deixarem as escolas para ajudarem nas despesas de casa” (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

A campanha adota, por três anos seguidos uma canção de composição dos rappers Emicida e Drik Barbosa, chamada de “sementes”, a qual traz um alerta sobre o impacto negativo, da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, a canção também traz à tona uma discussão antiga ao afirmar que a violação dos direitos, no Brasil, tem cor e tem endereço para acontecer” (NAÇÕES UNIDAS, 2022).

O Auxílio Brasil foi um programa implementado no país durante a Covid-19 que teve o foco em promover maior justiça social, garantindo para as famílias mais vulneráveis um auxílio financeiro para que as necessidades básicas da família fossem atendidas. Em contrapartida, a ausência de aulas presenciais e início de aulas a distância, provocaram uma forte evasão escolar, visto que, as crianças e adolescentes que não tinham acesso às tecnologias e à internet não poderiam participar das aulas, fator que possibilitou um aumento no número de jovens longe das escolas e trabalhando para ajudar suas famílias (AUXÍLIO BRASIL, 2020).

Como forma de garantir maior inclusão e de atrair os alunos para as escolas o novo governo, que assumiu a administração do país no primeiro dia do ano de 2023,

buscou implementar o Programa Bolsa Família, com valor mínimo de R\$ 600,00 e com a inclusão de benefícios ao programa, atendendo as necessidades de famílias com crianças menores de seis anos, adicionando auxílio para filhos adolescentes em idade escolar, entre outros (NOVO BOLSA FAMÍLIA, 2023).

É possível afirmar que o novo programa busca dar maiores condições para que as famílias possam se estabilizar financeiramente, devolvendo a chance de as crianças e adolescentes voltarem a estudar e deixem o trabalho de lado para se dedicarem as atividades normais para suas idades. Não é possível avaliar o impacto das novas políticas governamentais sobre o trabalho infantil, pois é muito cedo ainda.

As organizações internacionais que lutam para erradicar o trabalho infantil e o próprio estatuto da criança e do adolescentes preveem que não podemos mais admitir o trabalho infantil, mas, com o advento dos aparelhos de telefonia celular com todos os recursos tecnológicos como fotografia e câmera de vídeo, nos permite flagrar diversas situações em que crianças estão em trabalhos precários e fora dos ambientes escolares, como preveem as leis internacionais e nacionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui serão apresentados dados específicos do local estudado, onde serão apresentados, inicialmente dados relevantes sobre a geopolítica da cidade estudada, em um segundo momento foram apresentados fotos e dados relacionados ao trabalho de jovens e crianças na feira da cidade de Nova Cruz. Como foi observado o estudo de caso com o envolvimento do trabalho infantil ou de crianças e adolescentes. Foi considerado primeiramente as características de Nova Cruz enquanto um município do Rio Grande do Norte e em seguida um estudo de caso dos meninos que trabalham informalmente na feira livre da cidade.

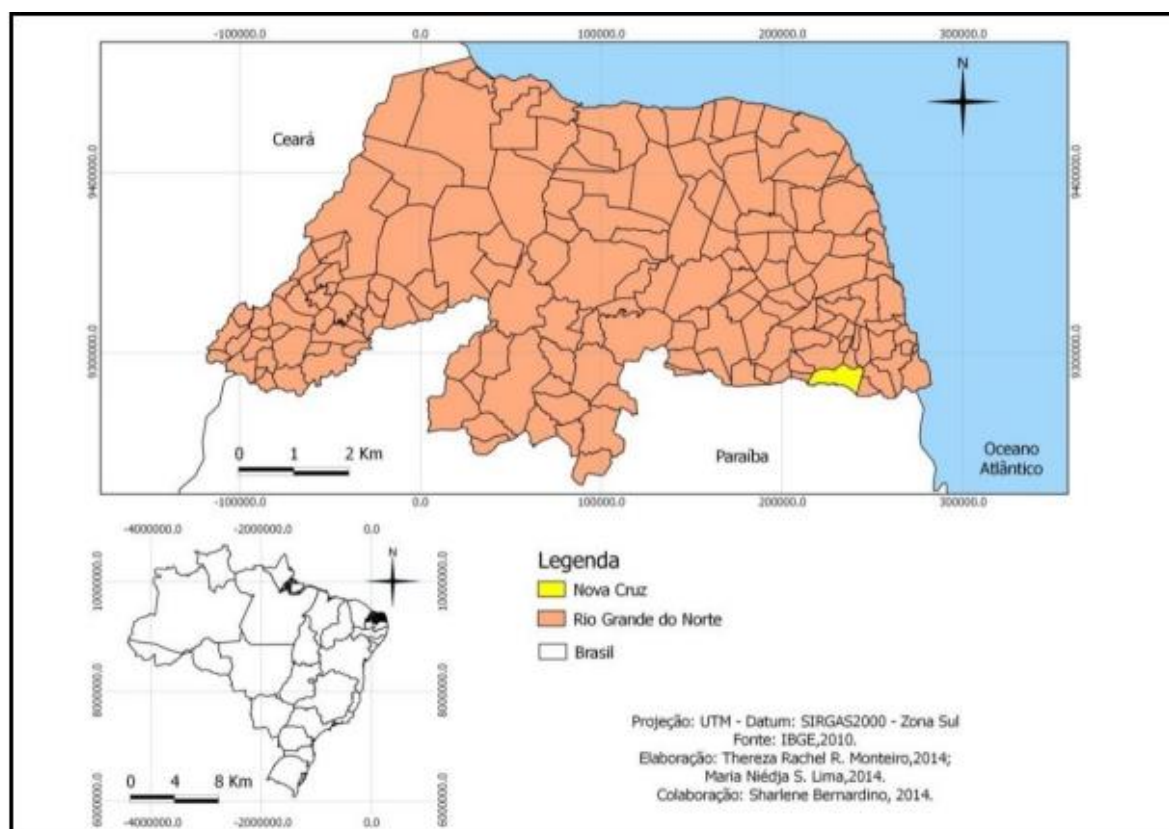
3.1 Nova Cruz

O município de Nova Cruz está localizado no estado do Rio Grande do Norte, e, conforme dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2017, o município faz parte de uma região geográfica intermediária da capital (Natal) e da região imediata das cidades de Santo Antônio, Passa-e-Fica.

E Nova Cruz fica localizado à 114 Km da capital do estado, como pode ser visto na Figura 5.

Conforme estudos realizados pelo IBGE, a população de Nova Cruz, no ano de 2021 era de 37.554 habitantes, portanto, considerado como o 12º município mais populoso do Rio Grande do Norte, possuindo uma extensão territorial de 277,658 km², assim, é responsável pela ocupação de 0,53% do território estadual.

Figura 1. Localização do município de Nova Cruz no Brasil e no Rio Grande do Norte.



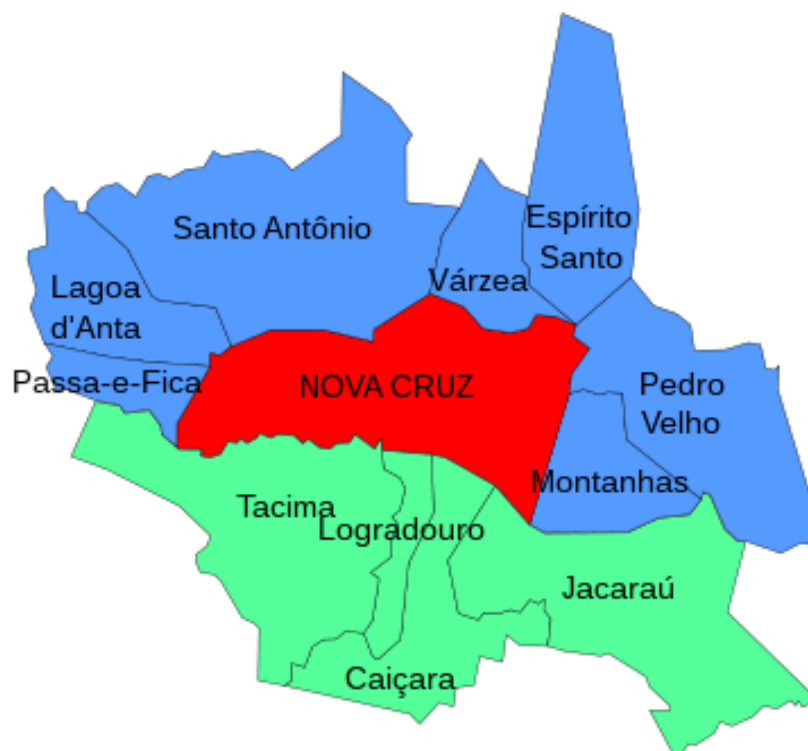
Fonte: Bernardino (2015).

Na Figura 1, também é possível observar a localização de Nova Cruz no Rio Grande do Norte e na Figura 2 é possível observar que o município de Nova Cruz/RN apresenta limites territoriais com os seguintes municípios: Santo Antônio, Várzea e Espírito Santo a norte; Montanhas e Pedro Velho a leste; Lagoa d'Anta e Passa-e-Fica a oeste e a sul com o estado da Paraíba (municípios de Tacima, Logradouro, Caiçara e Jacaraú).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Nova Cruz é de 0,629, sendo considerado um IDH médio, conforme dados referenciais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, segundo relatório publicado no ano de 2013. O IDH

do município estudado é, portanto, considerado como o 39º maior do Rio Grande do Norte, ficando em 3.501º no ranking do Brasil.

Figura 2. Limites territoriais do município de Nova Cruz, RN.



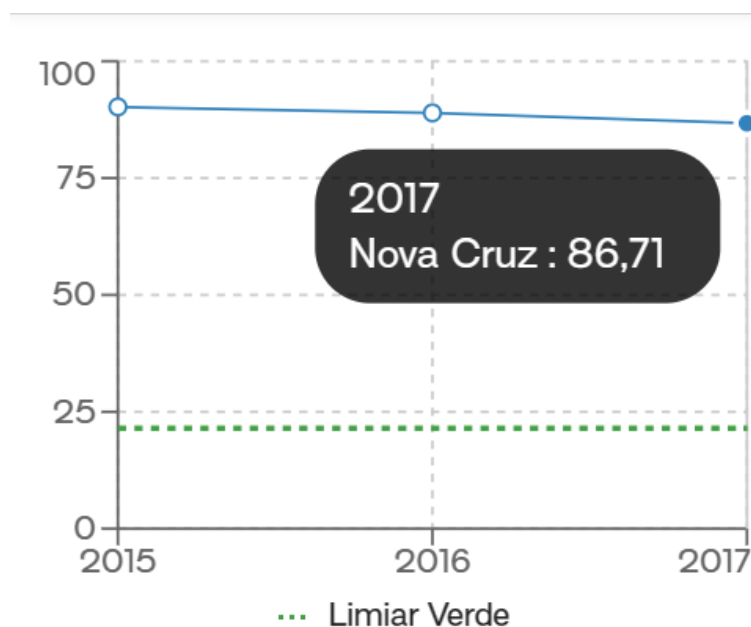
Fonte: IBGE (2017).

Segundo dados obtidos com a realização de uma pesquisa pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), 34,5% da população do Rio Grande do Norte, vive abaixo da linha de pobreza, destarte, dentro dos quase 35% dos cidadãos que vivem abaixo da linha de pobreza, pode-se afirmar, por meio do estudo, que eles vivem em áreas urbanas com menos de R\$ 396,09 e nas áreas rurais com menos de R\$ 352,96. Segundo o relatório acima divulgado, o crescimento da população abaixo da linha de pobreza no RN só foi menor do que o observado no Maranhão e em Sergipe.

3.2 O TRABALHO DE CRIANÇAS E JOVENS: UMA REALIDADE OBSERVADA NA FEIRA LIVRE DE NOVA CRUZ, RN

Conforme dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades do Brasil, a população de Nova Cruz, localizada no Rio Grande do Norte, também apresenta problemas relacionados aos altos índices de pobreza, onde mesmo após a implementação do Bolsa Família, é possível observar que existem 86,71% de pessoas abaixo da linha de pobreza (Gráfico 1).

Gráfico 1. Pessoas abaixo da Linha da Pobreza, segundo dados



Fonte: POPULAÇÃO (2022).

A realidade é que crianças e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, tendem a buscar realizar atividades remuneradas com o objetivo de ajudar com as despesas de casa, buscando ajudar seus pais a colocarem alimento nas suas mesas, entrando no mercado de trabalho muito cedo com o objetivo de ganhar algum rendimento (SOUSA, OLIVEIRA; ALVES, 2018).

Na feira livre de Nova Cruz, que acontece todas as segundas e quintas-feiras, podem ser encontrados diversas crianças e adolescentes exercendo a função de carregar as compras dos cidadãos que vão realizar suas compras no local (Figura 4). Portanto, com o objetivo de analisar a situação dessas crianças e adolescentes na feira livre da cidade estudada, foi realizada uma visita no mês de maio de 2023, com o objetivo de conversar com os indivíduos supracitados.

Figura 3. Crianças e jovens que trabalham na feira livre de Nova Cruz com seus carrinhos-de-mão, aguardando para transportarem as compras de seus clientes.



Fonte: imagens próprias do autor (2023).

Após algum tempo de diálogo com os jovens que trabalham na feira livre da cidade foi possível notar que todos moram em regiões constituídas por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os jovens relataram que acordam muito cedo, geralmente por volta das 3:30 horas para irem trabalhar nas feiras, saindo de casa, na maioria das vezes, sem se alimentar ou beber nada.

Quadro 1: os bairros onde as crianças e adolescentes residem.

Planalto	Alto das flores	Zona rural
Cidade do sol	São judas Tadeu	Santa Maria gorete
Frei Damião	Coreia	Bela vista

Ao serem questionados sobre os motivos que os levam a trabalharem nas feiras, os jovens afirmaram que buscam complementar a renda da família, outra informação importante é a de que a maioria não vive com o pai e que o único dinheiro que entra em casa é o da mãe, portanto, buscam ajudar suas mães que muitas vezes só têm renda proveniente do Bolsa Família, outras vivem de fazer faxinas.

Os meninos entrevistados afirmaram que o trabalho realizado na feira é muito cansativo e que nos dias que trabalham não conseguem ir à escola. Os jovens não relatam ter alguma expectativa com os estudos e afirmam que pretendem trabalhar como feirantes quando crescerem.

Para eles, não existe muito apoio das famílias sobre a continuidade nos estudos, de modo que, eles afirmam que são incentivados pelos familiares a trabalharem. Além de realizarem trabalhos na feira de Nova Cruz, alguns dos jovens afirmam que também trabalham em feiras livres de cidades vizinhas e informam que chegam a ganhar cerca de R\$ 70,00 a 80,00 por dia.

Segundo Schmidt (2022), a evasão escolar é uma realidade em comunidades onde a vulnerabilidade social é elevada, pois os jovens não têm o apoio familiar que precisam para continuarem seus estudos, o que é de grande importância para que haja interesse em dar continuidade nas aulas. Portanto, muitos acabam desistindo de frequentar a escola para poderem trabalhar e contribuir com as despesas familiares.

Durante as visitas realizadas a feira de Nova Cruz, não foi possível observar a presença de nenhum órgão fiscalizador, portanto, o trabalho infantil tem sido uma constante no local, sem que haja nenhuma interferência das autoridades responsáveis pela manutenção dos direitos desses jovens cidadãos, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como pode ser visto nas Figuras 5, 6 e 7, os jovens realizam trabalho pesado, sem o uso de nenhuma proteção contra o sol (Figura 5), ou contra acidentes (Figura 6). Suas atividades têm início às 3:30 horas da manhã e seguem até às 17:00 horas. Carregam muito peso em seus carrinhos de mão (Figura 7), por diversas vezes durante o dia, portanto, pode-se afirmar que é uma atividade de grande risco para a saúde desses indivíduos que ainda estão em desenvolvimento.

Figura 4. Menino trabalhando sem nenhum equipamento de proteção individual e em condições físicas degradantes.



Fonte: imagens próprias do autor (2023).

Figura 5. Criança carregando o seu carrinho de mão sem nenhuma proteção contra o sol e contra acidentes.



Fonte: imagens próprias do autor (2023).

Figura 6. Criança carregando muito peso em seu carrinho de mão.



Fonte: imagens próprias do autor (2023).

Pelo que foi observado, além das condições degradantes de trabalho, eles não têm tido acesso a uma alimentação saudável e estão sendo negligenciados pelo Estado, pois precisam largar os estudos e as brincadeiras para poderem trabalhar, sem nenhum direito garantido. É preciso um olhar mais atento das autoridades para essas crianças e esses jovens que estão perdendo sua juventude exercendo funções de trabalho extremamente degradantes.

Segundo um estudo realizado por Sousa, Oliveira e Alves (2018), com o objetivo de compreender o que as crianças acham da relação do trabalho infantil, de atividades exercidas no lixão de suas participações nas salas de aulas. Para as crianças analisadas:

O trabalho infantil para elas é algo prejudicial e impeditivo de brincadeiras, além de ficarem expostas às situações degradantes e humilhantes, como risco de saúde e de vida. As culturas infantis produzidas pelas crianças são

caracterizadas pelo brincar, pelas brincadeiras como jogar bola, correr e nas conversas entre si. Elas têm desejo de aprender a dominar a leitura e escrita (SOUSA, OLIVEIRA; ALVES, 2018, p. 53).

Portanto, é preciso cuidar da infância e da juventude de nossas crianças e adolescentes, para que eles não percam seus sonhos e não diminuam seus objetivos de vida. Pois, quando pulverizamos os sonhos de nossos jovens, nós diminuimos as chances de desenvolvimento de toda uma nação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos objetivos deste estudo que buscaram: apresentar a realidade do trabalho infantil e as diversas formas de combate; analisar o perfil socioeconômico de crianças que precisam trabalhar; discutir a importância de programas direcionados ao atendimento das necessidades das famílias dessas crianças como meio de reduzir o trabalho infantil e de direcioná-los aos estudos.

Pode-se afirmar que a pesquisa cumpriu com sua função ao passo que é possível observar, após a leitura dos trabalhos utilizados para o embasamento dessa pesquisa que, o trabalho infantil é muito comum em comunidades onde as condições socioeconômicas das famílias é menos favorecida, e as crianças precisam trabalhar para ajudar com as despesas da casa.

A pandemia da Covid-19 promoveu um crescimento no número de crianças e adolescentes trabalhando para ajudar a família com as despesas. Outro fator que também foi responsável pelo aumento no número de crianças trabalhando e longe das escolas, foi a necessidade de realização de aulas virtuais. As famílias sem acesso à internet e a celulares, tablets ou computadores não tiveram condições de manter seus filhos estudando.

Diversos tem sido os esforços internacionais, regionais e nacionais para que haja uma redução no trabalho infantil e que as crianças possam voltar a ter seus direitos resguardados, podendo frequentar as escolas, enquanto o Estado promove políticas públicas de auxílio para essas famílias terem o mínimo de dignidade econômica e social.

É possível ver que, aos olhos da sociedade, os direitos de crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade não são reconhecidos de maneira adequada e que, para muitos, observarem crianças e adolescentes trabalhando em situações precárias não causa espanto e nem indignação.

É preciso direcionar melhor as campanhas para uma conscientização da população para os danos e riscos causados pelo trabalho infantil, na vida dessas crianças, para que exista mais empatia e comprometimento de todos para o combate ao trabalho infantojuvenil.

Na feira de Nova Cruz...

REFERÊNCIAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. **Trabalho Infantil**: novo projeto pretende consolidar iniciativa de erradicar trabalho infantil na América Latina e Caribe. 18 de out de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/trabalho-infantil-novo-projeto-pretende-consolidar-iniciativa-de-erradicar-trabalho-infantil-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 20 de abr de 2023.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Quando a educação não é solução: política de enfrentamento ao trabalho infantil. **Trends in Psychology**, v. 25, p. 1677-1691, 2017.

ALVES, Isabela. Brasil ainda tem quase 1 milhão de crianças vítimas de trabalho infantil. **Observatório Terceiro Setor**. 26 de fev de 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-ainda-tem-quase-1-milhao-de-criancas-vitimas-de-trabalho-infantil>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

AUXÍLIO BRASIL Gov.BR. Ministério da Cidadania. 17 abr de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/apps/auxilio-emergencial>. Acesso em: 13 de abr de 2023.

BERNARDINO.

BORGES, Samantha da Silva Hassen. **O programa descubra e a proteção dos jovens aprendizes em momento de pandemia**. 2020.

CHERES, José Eduardo Cardoso; FREITAS, José Marcelo de. O menor aprendiz e o contrato de aprendizagem. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 2, 2014.

CUSTÓDIO, André Viana et al. A influência do direito internacional no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 23, n. 2, p. 178-197, 2018.

FERRO, Andrea Rodrigues; KASSOUF, Ana Lúcia. Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, p. 307-329, 2005.

MACHADO, Daniely da Penha Rodrigues. **Crianças e adolescentes x trabalho infantil na feira livre de Santo Antônio em Vitória/ES**. 2014.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Marx, Carlos y Engels, Federico, Obras Escogidas, v. 4, 1973.

MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. **A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru-PE e de Campina Grande-PB**. UFRN. 2009.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **NOVO BOLSA FAMÍLIA garante valor mínimo de R\$ 600, renda mínima por pessoa e adicional para crianças, adolescentes e gestantes**. -02-de-mar-de-2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/novo-bolsa-familia-garante-valor-minimo-de-r-600-por-residencia-renda-minima-por-pessoa-e-adicional-para-criancas-adolescentes-e-gestantes>. Acesso em: 13 de abr. de 2023.

PIMENTA, Alícia Fernanda Silva. **Determinantes sociais para o trabalho precoce: Uma análise em torno do perfil de crianças e adolescentes em feiras livres do município de Natal/RN**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

POPULAÇÃO em extrema pobreza cresce 7,9% em um ano e RN tem maior aumento entre os estados do país, aponta pesquisa. **G1 RN**. 28 de jun de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/06/28/populacao-em-extrema-pobreza-cresce-79percent-em-um-ano-e-rn-tem-maior-aumento-entre-os-estados-do-pais-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos, v. 2, 2008.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; MESQUITA, Shirley Pereira de. Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. **Economia Aplicada**, v. 17, p. 193-225, 2013.

RODRIGUES, Daniela Santa Rosa et al. **Crianças e adolescentes do Mercado Central de João Pessoa: um estudo sobre o trabalho infantil e trabalho familiar**. 2019.

SCHMIDT, Franciele Guidini. **Trabalho infantil, evasão escolar, e engajamento familiar em contextos de vulnerabilidade social**. 2022.

SOUTO, Maria José de. **Trabalho infantil na feira livre do município de Ferreiros-PE: exploração ou sobrevivência?** 2022.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, p. 102-106, 2010.

UNICEF. **É preciso proteger as crianças contra o trabalho infantil**. 5 de jul de 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/eh-preciso-protger-criancas-contr-o-trabalho-infantil>. Acesso em: 10 de abr de 2023.

UNICEF. **Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo**. 10 de jun de 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo>. Acesso em 10 de abril de 2023.